

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***  
**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**Thaís Zschieschang**

Empoderamento de mulheres e o ecofeminismo: a valorização dos serviços de cuidado e  
meio ambiente

São Paulo  
2016

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**  
**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**Thaís Zschieschang**

Empoderamento de mulheres e o ecofeminismo: a valorização dos serviços de cuidado e  
meio ambiente

Monografia apresentada à Escola  
do Parlamento da Câmara  
Municipal de São Paulo como  
requisito parcial para aprovação  
no curso de Pós-Graduação Lato  
Sensu “Legislativo e Democracia  
no Brasil”

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Capitanio

São Paulo

2016

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU  
“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**Thaís Zschieschang**

Empoderamento de mulheres e o ecofeminismo: a valorização dos serviços de cuidado e  
meio ambiente

Média da avaliação da banca examinadora.

Nota Final: .....

São Paulo, ..... de ..... de 2016.

---

ORIENTADORA: Prof. Dra. Ana Maria Capitanio

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho a todos envolvidos nas lutas feministas, ambientais e principalmente ecofeministas, a todos que lutam por reconstruções saudáveis e progressistas em nossa estrutura social.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as mulheres fortes que cruzaram meu caminho e me apoiaram em minha reconstrução diária, incluindo minha orientadora Ana Maria Capitano. Gratidão.

*“Quando a árvore é pequena, o jardineiro orienta-a como quer. Mas quando a árvore cresceu, já não pode reorientar as suas curvas e sinuosidade.”*

***Abu Shakur***

## RESUMO

O ecofeminismo tem a pretensão de dar visibilidade às mulheres que tiveram sua participação social e atividades desvalorizadas, apontando como as consequências básicas desta invisibilidade a crise ecológica e de trabalhos relativos aos cuidados, indicando que para que se tenha sustentabilidade o papel e a participação das mulheres são fundamentais, com o fortalecimento de redes locais de proteção ambiental. Esta pesquisa teve como objetivo explorar os possíveis avanços ambientais, econômicos e sociais de mulheres que aderiram o movimento ecofeminista; e ainda expor possíveis formas de apoio ao desenvolvimento produtivo destes grupos uma vez que o tema é pouco tratado, atualmente, apesar de sua relevância social e econômica. Esta é uma pesquisa bibliográfica exploratória e utilizou a compilação das principais publicações que norteiam o tema ecofeminista. Os preceitos fundamentais de sustentabilidade e consumo consciente trazidos pelo ecofeminismo dão nova significação aos moldes de produção enquanto alternativa às formulações consolidadas atualmente que tendem a reproduzir fatores que colaboram com o aumento da desigualdade.

**Palavras-chave:** ecofeminismo; feminismo; natureza; cultura; meio-ambiente.

## **ABSTRACT**

Ecofeminism has a claim to give visibility to women who have had their social participation and activities devalued, pointing out as the basic consequences for invisibility an ecological crisis and works related to care with the strengthening of local networks of environmental protection. This research aimed to explore the possible environmental, economic and social advances of women who joined the ecofeminist movement; exporting forms of support to the development of groups of producers, once this theme is not strong as it should be, despite its social and economic relevance. This is an exploratory bibliographical research made by a compilation of the main publications that guide the ecofeminist theme. The fundamental precepts of sustainability and conscious consumption brought by ecofeminism give new meaning to the patterns of production of alternative to consolidated formulations that tend to reproduce the factors that contribute to the increase of inequality.

**Keywords:** ecofeminism; feminism; nature; culture; environment.

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE AUTORAL E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu Thaís Zschieschang, declaro ser a autora desta Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo para o Curso de Pós-Graduação “Legislativo e Democracia no Brasil” e que qualquer assistência recebida em sua preparação está divulgada no interior da mesma. Declaro também que citei todas as fontes das quais obtive dados, ideias ou palavras, usando diretamente aspas (“ “) ou parafrazeando, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros tipos. Declaro por fim, que este trabalho poderá ser publicado por órgãos de interesse público. Declaro que o presente trabalho está de acordo com a Lei 5988 de 14/12/1973, Lei de proteção intelectual, e que recebi da Instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim proceder. Em ambos os casos responsabilizo-me exclusivamente por quaisquer irregularidades.

São Paulo, 02 de janeiro de 2017.

---

Thaís Zschieschang

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	5
1.2 Revisão de literatura.....	5
2. O ECOFEMINISMO.....	12
2.1 O papel do homem no ecofeminismo.....	17
3. CONSTRUÇÃO TEMÁTICA E AGENDAS.....	20
3.1 As mulheres e a temática ambiental.....	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

## INTRODUÇÃO

No mundo ocidental é comum observar, nas interações sociais, uma forma de pensar dicotomicamente e que leva, em consequência disso, a uma relação hierárquica e desigual como é o caso, por exemplo, das relações razão e natureza; macho e fêmea; mente e corpo; senhor e escravo; civilização e primitivo; eu e o outro, entre outras categorias. Podemos observar que sempre os primeiros de cada divisão são os com maior poder social e hierarquicamente superior aos segundos. Esta hierarquização social usa como ferramenta o dualismo para criar uma lógica de submissão e desvalorização (FAUSTO-STELING, 2000).

A razão, que também pode ser entendida como cultura, prevalece sobre a natureza, condicionando ela e seus recursos ao desenvolvimento, assim como o homem é mais valorizado socialmente, subjugando a mulher dentro do sistema patriarcal atual<sup>1</sup>; e assim se dá com os seguintes grupos. Analogicamente, essa divisão no ecofeminismo se dá pela cultura, que representaria o homem; e pela natureza, que corresponderia à mulher, em uma relação de domínio exploratório onde a natureza estaria a serviço do homem. A associação da mulher com a natureza se daria, entre outras razões, pela maternidade e funções biológicas do corpo feminino, isto explicaria o motivo de mulheres terem assumido e ainda assumem um papel social tradicional (envolvendo cuidados de indivíduos e saúde, principalmente) que por sua vez condicionou seu desenvolvimento psíquico. Já as tarefas tradicionalmente masculinas relacionadas à caça e a luta foram supervalorizadas e vistas como forma de sustento, sendo traduzidas na modernidade para o mercado de trabalho capitalista, que domina as relações contemporâneas (KING, 1988). Com a perpetuação da associação entre homem e cultura,

---

<sup>1</sup> Segundo Barreto, 2016, o “PATRIARCALISMO pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência”.

sendo que a cultura pauta o desenvolvimento e as regras sociais, direcionando a sociedade, mulheres foram afastadas do poder decisório, mas isto não significa que esta situação não pode ser alterada e que mulheres devem estar afastadas da cultura.

A mulher, como cidadã, deve ganhar a igualdade de participação e de poder decisório e em todos os processos produtivos em que houver interesse, podendo inclusive criar símbolos sociais, entretanto a valorização das atividades tipicamente construídas socialmente como femininas, assim como a proteção da natureza no que diz respeito às formas produtivas devem ser efetuadas.

Sobre a tradicional divisão entre o feminino e masculino, existem diversas discussões acadêmicas que tentam definir gênero, vertentes que o descrevem por premissas biológicas, culturais ou sociais, a partir de construções; e a discussão sobre seu significado nasce sob o impulso feminista de “desobrigar” atividades como femininas ou masculinas, ou seja, quebrar com a ideia de talentos inatos entre homens e mulheres que são considerados fatores determinantes sobre qual o papel social de ambos na estrutura patriarcal, onde podemos recordar que o homem está relacionado à cultura e ao desenvolvimento econômico; enquanto as mulheres são postas para os serviços de cuidado de baixo (ou nenhum) valor agregado. O conceito gênero, no início foi a ferramenta das feministas socialistas, para a denúncia da subjugação e opressão das mulheres, seguindo a lógica marxista, possibilitando o desenvolvimento do que entendemos como patriarcado, incluindo em suas análises o sistema capitalista em seus níveis de opressão (SANTOS, 2011).

Existem hormônios, genes, próstatas, úteros e outras partes e fisiologias do corpo que usamos para diferenciar o macho da fêmea, que se tornam parte do campo de que emergem variedades de experiência e de desejo sexual. Além disso, variações em cada um desses aspectos da fisiologia afetam profundamente a experiência individual do gênero e da sexualidade. Mas cada vez que tentamos voltar para o corpo como algo que existe antes da socialização, antes do discurso sobre macho e fêmea, diz Butler, “descobrimos que a matéria está inteiramente

sedimentada com discursos sobre o sexo e a sexualidade que prefiguram e limitam os usos que podemos fazer desse termo” (FAUSTO-STERLING, 2000, p.62).

O sexo em si - definido pela categorização homem e mulher - é muito complexo para ser definido por anatomia ou DNA, também porque forças sociais são capazes de moldar o comportamento dos indivíduos, entretanto um papel importante do sexo é determinar para qual categoria da crença de gênero a pessoa será destinada. O sexo, enquanto questão biológica é considerado natural, enquanto o gênero é uma construção social que por sua vez pode condicionar os conhecimentos científicos. Consequentemente a desigualdade de gênero deve ser tratada na esfera social, onde ela pertence (FAUSTO-STERLING, 2000).

Podemos comentar que questões relativas ao gênero (masculino e feminino) envolvem importantes discussões que abrangem campos como a intersexualidade e homossexualidade. Onde as questões sexuais são caracterizadas como individuais, ou seja, não representam construções sociais (FAUSTO-STERLING, 2000). Os debates referentes a gênero são amplos e envolvem temáticas igualmente importantes ao nosso ponto de discussão, mas não o trataremos em profundidade pois se o fizermos sairemos do foco da presente exposição.

Atualmente a maioria dos grupos feministas concordam que o gênero é construção social que separa e hierarquiza homens e mulheres, sendo que a única ligação direta com a identidade biológica é que a partir dela os indivíduos são separados entre estes dois grupos para serem moldados socialmente, de acordo com a lógica social empregada (SANTOS, 2011).

Aqui trabalharemos a diferença de sexo simples, não menosprezando as demais complexas diferenças de gênero que contribuem fortemente com esta discussão. A escolha da distinção realidade é graças ao nosso sistema cultural ocidental, em que no momento de nosso nascimento, o sexo de fato é a principal identificação para a socialização, pois em nossas

sociedades existe uma conceituação pré-determinada (e falha) sobre as atividades e gostos - que influenciam a sociabilidade e forma de criação - de meninos e meninas. Então uma pessoa que nasce com o órgão genital masculino é socializada como homem, e tal lógica funciona da mesma forma para mulheres. Embora esta lógica dicotômica claramente não dê conta da diversidade das formas de homens e mulheres ou da pluralidade das feminilidades e masculinidades.

Dada a situação o problema de pesquisa a ser desenvolvido é a real forma de empoderamento de mulheres dentro do ecofeminismo, sendo que este representa um trabalho qualitativo que se afasta do pensamento positivista, considerando que a uma hipótese não poderá ser testada, portanto tal a formulação desta não foi realizada.

A partir do problema exposto, o presente trabalho tem o objetivo estudar a trajetória do feminismo e do ecofeminismo, conhecendo a influência ecofeminista na vida e empoderamento de mulheres. O presente trabalho está dividido em dois grandes eixos e suas ramificações, sendo o primeiro representa a teoria ecofeminista em si e suas raízes ambientais e feministas; em seguida abordaremos a construção da temática e sua agenda, assim como as possíveis resoluções para os problemas levantados dentro destas construções teóricas.

## **1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O tipo de pesquisa escolhido, de acordo com seus objetivos, foi o exploratório, permitindo uma visão ampla das problemáticas tratadas pelo movimento social estudado. Esta também se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica realizada por meio de um estudo não exaustivo com as principais publicações encontradas em sites acadêmicos e de busca com os descritores ecofeminismo, gênero, meio ambiente e cultura e natureza no período de 10 anos, entre os anos de 2007 e 2016.

Entre os textos utilizados, os referenciais teóricos serão retirados das publicações de Assis (2012), que constrói a trajetória ecofeminista e suas ambições; Castro e Abramovay (1997) que tratam os principais atores das temáticas ambientais feministas, sendo eles locais governamentais e não governamentais, regionais ou internacionais. Sobre as questões de gênero, discutindo desde seu entendimento biológico falho até sua construção social contamos com a publicação de Fausto- Sterling (2002); e de Santos (2011). A pesquisadora Ortner (1979), contribuiu com sua discussão entre a relação real da mulher com a natureza (e com a cultura), E por fim, relacionando o feminismo com as questões ambientais consideramos Siliprandi (2000); e Ciommo (2003).

### **1.2 Revisão de literatura**

Existem diferentes linhas de produção de conteúdos dentro desta temática. Os divergentes recortes se dão por diferentes fatores, desde o foco dos indivíduos e movimentos, quanto às descobertas científicas e sociais alcançada, como a evolução e contexto histórico das demandas sociais. Os conteúdos observados nos textos analisados podem ser separados em grupos a partir de seus recortes e teorias defendidas. Existem grupos críticos,

essencialistas, locais, ambientais, políticos, feministas, entre outros, que permitem entender fatores compatíveis e constantes entre as produções, que representam as linhas gerais do movimento ecofeminista, assim como suas peculiaridades, nos permitindo desenvolver uma visão abrangente sobre o tema.

De forma geral, focaremos nas produções ecofeministas, fugindo de produções puramente ambientais ou feministas nesta revisão de literatura. Para tal, é importante registrar que o ecofeminismo nasce na década de 1970 como uma tentativa de dialogar de forma igual com dois movimentos com identidades não convergentes, o feminista e o ecológico; relacionando a hierarquização social e os danos sofridos por tal lógica tanto pela mulher quanto pela natureza. Nasce então a pretensão de desenhar uma fórmula capaz de mudar o modelo atual e hegemônico de produção econômica que desgasta a natureza com suas lógicas patriarcais e capitalistas, condicionando nossas produções culturais e favorecendo certas profissões em detrimento de outras.

A partir da seleção de textos dos últimos dez anos, começaremos com o recorte de pesquisas locais. Neste bloco trataremos conteúdos que tiveram como recorte temático grupos regionais, práticas de produção, religiosas e culturais comuns.

Para exemplificar este tipo de produção de conteúdo, com foco local nos valeremos do artigo “A diversidade ritual entre as mulheres krahô: rumo ao ecofeminismo e ao desenvolvimento sustentável”, que possui um recorte indigenista, feminino e cultural. Em seu artigo, Andrade (2007) faz uso do feminismo essencialista, justificando a proximidade entre mulher e a natureza como ferramenta fundamental para a proteção ambiental; ela defende a construção social que se deu com a divisão tradicional de trabalho dentro destas tribos indígenas, onde as mulheres são responsáveis pelos serviços de cuidados<sup>2</sup> enquanto os homens são os provedores, através da caça, que naturalmente deteriora a natureza. Entre os

---

<sup>2</sup> Incluindo neste grupo um fator essencial: a maternidade, como cuidado de crianças, o que faz delas também próximas a natureza. Sendo assim, em algum momento as crianças do sexo masculino deixam de ser crianças para se tornarem provedor, e a partir deste ponto, de certa forma, se distanciam da natureza.

principais feitos das mulheres krahô podemos citar a demarcação de áreas onde é permitida a caça, dentro do território destinado a essa tribo indígena; a mediação de conflitos, evitando guerras; e a introdução de certos tipos de produtos industrializados; o que eu particularmente acho contraditório, se tratando de um movimento articulado ecofeminista, pois apoia o meio de produção combatido pelo próprio movimento. Em resumo podemos colocar que além de local este conteúdo possui forte recorte feminista, pois fala sobre o papel empoderado de mulheres na organização social de sua comunidade com voz e papel ativos, agregando entre seus feitos o desenvolvimento local de maneira sustentável. Entretanto um paradigma interessante é estruturado no texto o que nos faz questionar se tal movimento é em si ecofeminista. O fato de as mulheres terem um papel forte na sociedade enfraquece o sistema patriarcal, e a autora aponta fortemente a influência do capitalismo no desenvolvimento da sociedade patriarcal, mas a abertura desta comunidade indígena aos produtos industrializados pode representar tanto o poder do sistema capitalista (e do patriarcado), quanto a ausência de uma militância de produção ecofeminista.

Ainda dentro do recorte local, mas com uma perspectiva, mas empoderadora, Silva, Bonfin e Souza (2014) estudaram mulheres coletoras de sementes dentro da comunidade ribeirinha do Maguari. A coleta é responsável por gerar recursos para a região, pois a partir das sementes artesanatos são gerados; e para selecionar tal matéria prima essas mulheres precisam de um conhecimento sobre a floresta em si e sobre como manipular os coletados corretamente, o que demanda uma sensibilidade atribuída para mulheres em algum ponto na construção desta tradição local. Por se tratar de um trabalho gerador de renda e executado por mulheres notou-se que tais mulheres foram empoderadas, participando ativamente no orçamento doméstico como principal fonte de renda de suas famílias. A sua produção e comercialização em pequena escala é ecologicamente consciente. Existe uma divisão de trabalho relativa a gênero e a periculosidade do trabalho realizado, sendo que os homens, que

aparecem apenas neste único texto, tem um papel ativo, pois são responsáveis por trilhar a floresta adentro, por caminhos que levem a zonas de coletas; e este costume é reproduzido de forma geracional, mantendo a estrutura social.

Sob a ótica de produção de conteúdo ambientalista associada à visão da mulher como atriz central na temática, iniciaremos outro bloco de recorte para visão de produção de conteúdos dentro desta temática.

Yaghsisian e Freitas (2015) apontam o nascimento do feminismo como uma demanda ambiental se valendo do ecofeminismo essencialista<sup>3</sup> para indicar que as mulheres representam a “classe mediadora” (valorizando o papel da mediação) entre os conflitos ambientais e os paradigmas de evolução econômica que degrada a natureza direcionada por homens. Os autores defendem que as mulheres seriam as responsáveis por buscar o ponto de equilíbrio desta disputa de poder entre a produção capitalista e a proteção da natureza; a proximidade da mulher com a natureza, entre outros fatores, se dá pela sua inferiorização perante o homem dentro da hierarquia social e cultural impostas.

Garcia (2009) escreve sobre a relação da mulher com a natureza associando a ecologia e o feminismo em sua base teórica, descartando a visão do ecofeminismo crítico que defende que o homem tem a capacidade de se conectar tanto a natureza quanto a mulher; sua construção passa desde pontos mitológicos a religiosos para descrever como a mulher foi vista culturalmente, assim como a natureza e a relação entre ambas, somente.

Souza e Ramírez-Gálvez (2008) discutiram o sentido dado a mulheres e a natureza; e sua ligação seguindo a base essencialista que defende uma conexão inata entre ambas a partir da análise de textos selecionados sobre a temática ecofeminista, entendida como a intersecção entre os temas feminismo e ecologia, em uma visão simplista. Eles definiram o

---

<sup>3</sup> O ecofeminismo essencialista defende que a proximidade entre mulheres e a natureza é real, sendo assim sua possibilidade de compreensão dentro da temática é maior do que a de homens,

empoderamento e fim da desigualdade como o entendimento de que indivíduos diferentes são equivalentes, dentro de suas diferenças complementares em sua lógica dual.

Hernández (2010) discutiu a relação de homens, mulheres e natureza, citando que os problemas ambientais interferem no estilo de vida moderno. Sua construção começa com a inclusão de mulheres nas agendas de desenvolvimento que se deu nos anos 70, fato que demandou maior acesso de mulheres ao setor produtivo, o que foi alcançado através de estudos e capacitações; sem a preocupação com a imposição de gênero e os conflitos gerados pela desigualdade decorrentes desta. Em 90 surge a perspectiva de gênero denunciando a exclusão de mulheres socialmente; e as agendas de desenvolvimento sustentável, trazidas em pautas ecológicas, ganham espaço, sendo que mulheres ganharam destaque na pauta com suas propostas ambientais, o que associou mulheres e ecologia. Além da relação feminino-natureza descrita, o texto trata o entendimento ecofeminista de associação entre mulher e natureza como subordinadas do homem e da cultura, respectivamente. A associação entre mulher e natureza foi, em parte, gerada pelo pensamento patriarcal que associa o natural com o emocional, enquanto homens representam a cultura e a racionalidade, o que é mais valorizado socialmente. Por fim o ecofeminismo cultural (entendimento de uma ligação inata da mulher com a natureza, explicada muitas vezes com justificativas espiritualistas) é criticado; enquanto o ecofeminismo social, que trata a proximidade entre mulher e natureza, e homem e cultura, como construções sociais, é defendido.

Córdula e Nascimento (2012) discutiram o desenvolvimento social e econômico com problemas de desigualdade (principalmente de gênero) e degradação ambiental. Os autores decorrem sobre a distinção entre os sexos e a hierarquização que condiciona as mulheres e as coloca como menos importantes socialmente, inclusive vistas de formas pejorativas, o que motivou o feminismo, tanto a nascer quanto crescer, e em algum momento um recorte do feminismo se aliou as lutas ecológicas, dando origem ao ecofeminismo. Mais uma vez, na

construção desses autores as duas formas de desigualdade são aliadas (mulher e natureza) onde a mulher novamente é vista como mediadora e sensível à questão ambiental.

Sobre a religiosidade é importante lembrar que existem certos grupos que justificam a proximidade da mulher com a natureza com crenças místicas e religiosas; e de fato existem diversas religiões onde a natureza desempenha papel central; entretanto este recorte foge de nossa área de interesse de pesquisa e por este motivo não aprofundaremos nestas produções.

Como podemos observar as publicações sobre o ecofeminismo e o que o tange nos últimos dez anos foram principalmente de pesquisas acadêmicas, seguidas de artigos, com o intuito de discutir gênero e sua desigualdade; os meios de produção e demais pontos da vida moderna com suas lógicas de deterioração e separação da natureza; mulheres e sua proximidade com a natureza e a causa ambiental, sendo que estes elementos poderiam estar combinados ou não.

Sendo assim, nos são dadas discussões bem fundamentadas sobre a base do feminismo, quais as lutas traçadas e a relação da mulher, tanto com a cultura quanto com (principalmente) a natureza; mas não aparece nas bibliografias analisadas as conquistas reais do movimento, como ele evoluiu, como ele se transformou com a dinâmica dos acontecimentos, e muito menos como ele pode de fato empoderar as mulheres, tirando os estudos de casos locais, onde pequenos grupos encontraram dentro das ferramentas do ecofeminismo uma forma de empoderamento que se encaixava em sua realidade. É claro que ambos os autores estudados dizem que existe uma desigualdade a ser superada e que ela pode ser superada com a quebra de paradigmas e com a nova valorização tanto da natureza quanto da mulher, mas como? O que os movimentos sociais ou até mesmo o Estado devem fazer para empoderar mulheres através do ecofeminismo? Como o mundo empresarial deve se portar à causa? É possível a quebra do paradigma de produção?

O movimento ambiental puro, que conta com a participação ativa não só de mulheres, mais de homens também, teve seus avanços, com o desenvolvimento (ou pelo menos a tentativa nascente de desenvolver) de uma lógica de reuso de materiais, menor emissão de poluentes, produção mais limpa, consumo consciente, etc. Mas fato é que seus avanços são lentos, e quanto mais se conhece a natureza mais ela é degradada. O modo de vida moderno é mantido, assim como a hegemonia absoluta da lógica de produção capitalista, enquanto nós brigamos com os dados, fingindo que os problemas ecológicos não são reais e nem preocupantes, para manter o padrão que nos foi imposto, mesmo sabendo que ele é responsável por diversas formas de desigualdade.

O mesmo acontece com o feminismo. Diversas conquistas foram alcançadas, mas suas demandas não foram plenamente cumpridas, como, por exemplo, no mercado de trabalho. Mulheres têm o direito de trabalhar, mas ainda são julgadas socialmente, possuem salários menores para a realização das mesmas atividades, são empurradas para atividades laborais de cuidados; e seu trabalho de cuidados não remunerados continuam desvalorizados socialmente; outro exemplo que podemos dar sobre as conquistas do feminismo é o direito ao voto, conquistado, e mesmo assim a representação de mulheres parlamentares no Brasil e no mundo é praticamente inexistente. O objetivo desta crítica é discutir o porquê de as metas de ambos os movimentos não podem ser preenchidas, e sabemos que isso tem a ver exatamente com a lógica de dominação que subjuga tanto a natureza quanto a mulher, sem nunca esquecer os grandes feitos e realizações de ambos os movimentos, que conseqüentemente são vitórias do ecofeminismo.

## 2. O ECOFEMINISMO

O ecofeminismo nasceu de dois diferentes movimentos: o ambiental e o feminista, em uma junção teórica das formas de dominação da natureza e da mulher e é sistematizado por diferentes grupos desde a década de 70, contribuindo com preceitos de desenvolvimento sustentável e fortalecimento do papel das mulheres dentro da sociedade. Esta relação é pouco explorada sendo mais desenvolvido o tema sob as ideologias puras de preservação ambiental aliada ou não a produção em si. Os movimentos feministas se articulam de forma tímida sobre o ponto de vista ambientalista sobre a “perspectiva feminina de progresso e de desenvolvimento para a humanidade” (SILIPRANDI, 2000, p. 62).

O determinismo biológico tem a pretensão de explicar a inferiorização de mulheres socialmente, e ainda afirmar que as mulheres estiveram, por grande período, satisfeitas com seu papel socialmente construído. A divisão básica criada na teoria é de duas influências fundamentais na vida humana que contribuem com a formação dos indivíduos, sendo eles a sobrevivência pessoal (ligada à família, cuidados e natureza) e a parte cultural que ajuda a desenhar o tecido social, criando uma “estrutura generalizada”, onde a cultura - responsável por gerar e manter os símbolos sociais e a estrutura econômica - é mais valorizada do que a sobrevivência pessoal. Por fim a cultura tem a pretensão de controlar permanentemente a natureza, uma vez que ela tem a função de regular a vida social. As mulheres, pelos elos naturalizados com crianças (também associadas à natureza) devido suas funções biológicas e maternidade são também responsáveis pela reprodução cultural e assim a manutenção das estruturas sociais desenhadas, tendo o poder de alterar seus preceitos. Daí se dá o posicionamento “mediador” da mulher enquanto função social entre natureza e cultura (CIOMMO, 2003).

A primeira junção teórica observada dentro do ecofeminismo é guiada por um viés econômico de exploração onde são analisadas como semelhantes, para a acumulação de

capital, as explorações de mulheres e da natureza. Em seguida a associação realizada é de que a mulher é anexa à natureza e o homem está associado a cultura e sendo assim a cultura é tratada como ferramenta política, sob a ótica ocidental, de poder, podendo-se entender, por analogia, que a cultura domina a natureza e os homens, as mulheres, o que torna lógica a busca pela emancipação da natureza com uma produção e consumo consciente como forma de libertação das mulheres (SILIPRANDI, 2000).

O desenvolvimento econômico e produtivo, da forma em que ele se estruturou, é excludente referente ao sexo, onde mulheres foram historicamente excluídas dos conhecimentos dados como científicos, em razão do tratamento desigual originado a partir da percepção de diferenças sexuais, isto é, “gênero é um saber que estabelece significados para as diferenças sexuais” (SCOTT, 1994, p. 13). Sendo assim o movimento ecofeminista busca tanto a superação da dominação patriarcal quanto da divisão entre urbano e rural no sentido de trabalhos intelectuais e manuais, respectivamente, tratando a economia de subsistência, originalmente rural, como modelo de desenvolvimento; associado a busca por tecnologias não agressivas ao ambiente.

Existe ainda a defesa de que as mulheres não precisam se encaixar nos modelos masculinos desenhados, podendo contribuir com desenvolvimento social e econômico assim como o alcance da igualdade dentro do sistema, a partir do seu próprio jeito de ser, enquanto mulher, com suas habilidades natas e inatas. Neste ponto, diferentes vertentes feministas possuem posicionamentos divergentes, porém no ecofeminismo, no geral, apesar de suas diferentes correntes como a anarquista, socialista, espiritualista e institucionais, é adotado o posicionamento da mulher como agregador em sua forma e visão feminina (e feminista, por ser um movimento ativo de mulheres). Sendo assim o alcance da igualdade se dá pela valorização das atividades tipicamente (na verdade, culturalmente) desenvolvida por mulheres, em sua essência. Com o ganho cumulativo de direito de mulheres e busca por

igualdade o cenário foi modificado ao longo dos anos, apesar de permanecer distante do cenário ideal de igualdade almejado.

Na década de 90 o ecofeminismo foi redesenhado no Brasil graças aos esforços de movimentos que pensavam a realidade local a partir de uma ótica declarada feminina. Entre esses movimentos podemos citar a Rede de Defesa da Espécie Humana, REDEH, (participante ativa da ECO-92) e - Rede Mulher de Educação, RME, (membro da coordenação do Planeta Fêmea). A REDEH, criada em 1987 e direcionada por mulheres, atua com diferentes temas de relevância social, como saneamento, coleta de lixo, educação ambiental, empoderamento de mulheres e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, saúde; criticando a falta de atuação incisiva de organismos internacionais e de influência sob o tema. A RME, de 1983, incentiva a atuação local de mulheres em defesa principalmente de trabalhadoras rurais e mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, atuando com o incentivo ao desenvolvimento de lideranças femininas (incluindo lideranças políticas) e de geração de renda, contra o uso de agrotóxicos prejudiciais, com produção de conteúdos e capacitações, ainda com a pretensão de influenciar fóruns nacionais e internacionais que abordem a temática. Entre as lutas somadas, foi defendida a segurança alimentar, complemento de merenda em diversos municípios, reciclagem e defesa de biodiversidades. Ambas as organizações são responsáveis por criticar a forma de consumo desenvolvido acusando o sistema de produção como degradador ambiental e fornecedor de pobreza regional, associando estes problemas com a temática feminista, assim o suporte teórico do ecofeminismo passa a ser desenvolvido localmente, possibilitando o avanço da luta ambiental destacando a mulher como importante socialmente (SILIPRANDI, 2000, p. 62-66).

Com ganhos feministas as mulheres começam a desenvolver academicamente suas teorias na década de 80, gerando estudos sobre o ecofeminismo, inclusive. O estudo ecofeminista versa sobre o equilíbrio de ecossistemas: dentro do ecofeminismo esforços

foram feitos para entender a conexão (natural ou construída socialmente) entre mulheres e a natureza. E a linha teórica tem a pretensão de resolver problemas centrais observados em nossa sociedade moderna. As feministas - com a pretensão de empoderar mulheres denunciando as diferentes formas de opressões sofridas por mulheres; e ambientalistas - que além de defender o meio ambiente, recursos e os preceitos conscientes e sustentáveis da produção e consumo, tendem a destacar a atuação de mulheres dentro destes movimentos; possuem enfoques diferentes em suas teorias, porém elas convergem em diferentes momentos, criando, em sua junção, um reforço lógico e teórico útil para ambos os lados. A defesa de ambas as causas está diretamente ligadas a questões políticas e econômicas (SANDLAND, 2012 apud ASSIS, 2012).

As teorias feministas tratam a subjugação da mulher perante o homem nas sociedades patriarcais de forma ampla, mas ao mesmo tempo em que se pode observar a desvalorização das mulheres em tais sociedades, se pode observar no sistema patriarcal, apesar da relatividade cultural, a interferência prejudicial à natureza, principalmente no ocidente. A reprodução de tais comportamentos em diferentes localidades do mundo transforma o tema e sua relevância, transmutando a responsabilidade ambiental e social para níveis globais, tentando, de alguma forma, romper com o racionalismo produtivo, ferramenta usada como essencial para o desenvolvimento moderno que reforça o foco dado a razão, responsável por diminuir a natureza, uma vez que a razão a manipula segundo suas vontades.

No que diz respeito aos pontos em que o feminismo e o ecofeminismo se desencontram, o ecofeminismo encontra correntes feministas opostas ao movimento, que o consideram excludente no sentido de afastar as mulheres das atividades realizadas por homens, entendidas como culturais dentro da divisão de trabalhos estabelecidas. Essas correntes consideram o ecofeminismo como possível ameaça as conquistas de igualdade (aqui entendida como possibilidade de execução das mesmas tarefas masculinizadas da sociedade

patriarcal), ameaçando certas conquistas feministas de empoderamento da mulher na sociedade tão capazes quanto homens nas execuções de divergentes tarefas. Em contrapartida, a corrente geral ecofeminista se defende das acusações destes grupos feministas indicando que a crença de que o ecofeminismo é de alguma forma excludente é uma forma de visão da teoria muito simplista, pois o ecofeminismo defende que as mulheres devem possuir possibilidades reais de execução de todas as tarefas desejadas, inclusive as que foram em algum momento da história, seja por habilidades naturais como defendem certos grupos essencialistas ou por costume e determinação cultural, definidas como femininas, sendo assim não apenas mulheres devem ter acesso a trabalhos masculinizados como devem ser valorizadas as tarefas femininas; isto não significa de forma alguma manter a divisão de trabalho por gênero (CIOMMO, 2003).

O ecofeminismo sugere, portanto, uma terceira direção: o reconhecimento de que, apesar de o dualismo natureza–cultura ser um produto da cultura, podemos conscientemente escolher a aceitação da conexão mulher– natureza, participando da cultura, reconhecendo que a desvalorização da doação da vida tem consequências profundas para a ecologia e as mulheres.

Para a reflexão sobre a possibilidade de superação das contradições colocadas pela conexão biológica entre mulheres e natureza e as propostas feministas pela ‘igualdade’ entre gêneros, encontramos fundamentação teórica nos conceitos do pensamento da complexidade, que nos ensina a caminhar através da dialógica entre antagonismos e complementaridades, coexistentes em todas as interações, quer estejam na natureza, quer na sociedade humana. Segundo Edgar Morin, o pensamento complexo é um método ou uma forma de pensar que pode trazer um novo significado às noções, ideias e conceitos sociológicos que acabaram por ser esvaziados de seu conteúdo pela modernidade (CIOMMO, 2003, p. 424).

Com a separação teórica mostrada, a construção social de diferenças sexuais, assim como sua visão de oposição levam a uma relação de codependência, onde um só pode existir na relação com o outro, graças a sua característica relacional, tanto no que se refere às relações sociais entre as pessoas quanto às relações de poder entre elas. Defendendo ainda que a natureza e a cultura desenham o sistema no qual o indivíduo se forma e interagem com

ambas as bases, e sua oposição se faz necessárias para a existência. Porém, as correntes ecofeministas criticam o dualismo desenhado por algumas outras correntes teóricas, defendendo a unidade do sistema que possuem forças divergentes e complementares que impulsionam as ações, sendo assim ambas devem ser valorizadas na mesma proporção com liberdade de execução de atividades segundo os interesses dos indivíduos inseridos nesta lógica social. O ecofeminismo ainda pode se valer da reflexão ambientalista que demanda a revalorização de capacidades ambientais e lógicas de produção e consumo, assim como dos serviços de cuidados abandonadas pela lógica utilitarista neoliberal (CIOMMO, 2003).

Uma cultura guiada por preceitos educacionais e políticos que reavaliem a valorização dada a divisão de trabalho e ao (mau) uso de recursos naturais pode ser uma saída para este problema.

## **2.1 O papel do homem no ecofeminismo**

As bibliografias analisadas estudam a submissão das atividades determinadas como feministas em um sistema de poder relativo, entretanto não se fala sobre as formas de valorizar a atuação tipicamente atribuída a mulheres em cunho social, para poder, assim, empoderá-las. Mulheres têm participação social, cultural, religiosa e política diminuída. A quebra de paradigmas com a criação de novas relações sociais é sempre um desafio, mas este desafio possivelmente não será superado apenas com o papel ativo de mulheres, sendo que os homens devem ser incluídos em tal processo. O objetivo de avanços na área é aumentar o potencial humano destinado às mulheres, finando a submissão feminina e seu status secundário em todas as sociedades conhecidas até o momento. Para superar o problema é necessário alterar este cenário e quebrar a continuidade de sociedades patriarcais, aceitando a igualdade de importância dos papéis masculinos e femininos construídos socialmente e

salientando que ambos os papéis podem ser executados por mulheres ou homens, quebrando com o sistema de desvalorização universal de atividades femininas. (ORTNER, 1979).

Entretanto as bibliografias analisadas colocam o homem apenas como uma parte instalada na estrutura social, como ator que oprime direcionando a cultura, sendo seu símbolo masculino, para a natureza, representante de degradação ambiental e caça. Apenas em textos de recorte ecológico os homens são tratados (e isto de forma ampla, compreendendo as mulheres nessas citações). Os ecologistas Balim; Meta e Silvia (2014) tratam o homem como perigo à natureza, sendo que ele (em seu desenho de sistema evolutivo econômico) desenvolveu o capitalismo insustentável e o colocou como figura principal da cultura, gerando com as consequências de tal ato mais do que uma crise ambiental: uma crise de civilização, entendida como crise dos moldes sociais em um sistema. É interessante colocar o posicionamento dos autores, que em ressonância com diversos ecologistas, colocam a inter-relação entre diferentes áreas sociais, como a ecologia, economia, sistema jurídico, os incluindo em um único processo cultural; o que diferencia o pensamento ecologista do ecofeministas é que as mulheres são consideradas parte da cultura e reproduzem o mesmo sistema de degradação; e os homens (e mulheres) além de causadores do conflito tem o poder de resolvê-lo, revendo sua relação com a natureza e o seu sistema produtivo, ou seja, o homem também é parte da solução e está tão próximo dele quanto às mulheres; entretanto os ecologistas não tratam a questão da hierarquização masculina em desfavor de mulheres, sem anexar os abusos sociais sofridos por mulheres e pela natureza como próximos, ignorando ainda o fato de que os homens guiaram a cultura até chegar neste ponto, condicionando mulheres a apoiarem tal reprodução cultural.

Por fim, as ecofeministas tendem a não tratar o papel dos homens em seu movimento de empoderamento feminino para manter sua pauta com o foco em mulheres, pois elas são o objeto do movimento; entretanto sem o apoio masculino dificilmente será alcançado o

objetivo do movimento, e este entendimento deve ser a principal contribuição do movimento ecológico para a militância ecofeministas.

### 3. A CONSTRUÇÃO TEMÁTICA E AGENDAS

O ecofeminismo nasce de grupos feministas que aderiram ao ecologismo, constituindo a chamada “terceira onda do feminismo”, criticando a ética mantida em tal momento histórico (CIOMMO, 2003).

Internacionalmente, uma das principais organizações que defendem os preceitos do ecofeminismo é a - Women’s Environment and Development Organizations , WEDO, criado em 1990 e com sede em Nova York este fórum tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento de países (principalmente em desenvolvimento) com foco na situação de mulheres neste processo. Entre seus princípios estão o respeito ao meio ambiente, incentivo a agricultura sustentável, acesso a terra e emprego, justiça social, política e econômica e a participação igual independente de questões de gênero. Os desequilíbrios decorrentes do modelo de consumo atual também é foco de observação da instituição, envolvendo pontos como saúde e educação. A organização atua com outros organismos internacionais, acompanhando sua atuação, como as Nações Unidas e suas agências especializadas; Banco Mundial; Organização Mundial do Comércio, entre outros, como forma de influenciar suas atuações. A luta da WEDO envolve a aproximação do produtor e consumidor, fortalecendo negócios locais que sigam as formas de produção consciente; e discutir a abertura dos espaços de poder para mulheres, como os espaços políticos e públicos. A lógica de produção é questionada, principalmente no quesito alimentar. A organização defende que o direito a alimentação deve se destacar sob a lógica capitalista de lucro das empresas produtoras de alimentos. O direito à alimentação é expandido para o direito à alimentação saudável contra a manipulação genética na produção de alimentos e substâncias utilizadas em seu processo de transformação industrial (SILIMPRANDI, 2000).

No que diz respeito a organizações não governamentais que abordam o desenvolvimento e questões ambientais podemos observar diferentes gamas de atuação

específica, e diversos temas tratados com enfoque. Dois grandes grupos são formados entre as ONGs que lutam pela democracia e cidadania (estas são as organizações que trabalham muitas vezes que a produção de conteúdos e assessorias parlamentares e políticas referente ao tema) e as organizações com projetos e defesas específicos, muitas delas atuam especialmente com gestão de resíduos e lixo; agricultura alternativa; desenvolvimento rural sustentável; desenvolvimento local, entre outros (CASTRO; ABRAMOVAY. 1997).

Entre as ONGs de temática ambiental, de forma geral, a globalização é vista como um processo excludente, colocando em situação de vulnerabilidade Estados em menor grau de desenvolvimento local, e os colocando em segundo lugar na cadeia produtiva, com a desvalorização de seus produtos pelo menos grau de desenvolvimento tecnológico. Mais uma vez podemos utilizar a analogia de desvalorização da natureza sob a cultura: aqui podemos entender como desvalorizados os países de produção agrícola e com exportação primária (que conseqüentemente dependem dos produtos de maiores valores agregados oriundos de países desenvolvidos, importando suas produções), enquanto os países detentores de maior poderio tecnológico ditam as regras culturais, sendo supervalorizados nesta troca global.

Sendo assim podemos afirmar que a globalização em si é um fator de desigualdade e este sistema contribui fortemente para o desenvolvimento desigual dos Estados. Agravado a esta lógica a degradação ambiental, inerente ao processo, principalmente para o alcance das tecnologias demandadas pela cultura desenhada que submete neste processo a mão-de-obra de indivíduos em vulnerabilidade a situações extremas, destruindo ainda o meio ambiente de forma devastadora e quase irrecuperável para manter a lógica do lucro. Citaremos os principais organismos que trabalham com a temática e suas principais contribuições, não desmerecendo a atuação de diferentes *players* como os Conselhos Nacionais e demais organismos que formam a estrutura. Com o foco ambiental, entre os organismos de maior porte e capacidade de atuação em nível internacional que defendem a recuperação de recursos

naturais, novas formas de produção com respeito ao meio ambiente, recuperação da degradação ambiental e desenvolvimento justo e equivalente podemos citar: a World Conservation Union, UICN; World Wildlife Fund, WWF; e a agência da ONU Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997).

Os principais organismos públicos em nível federal que tratam as demandas ambientais são o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama (que por sua vez não é politicamente valorizado como deveria). Apesar de modestos, certos avanços foram alcançados, sendo eles legais ou práticos. A Administração Pública moderna traz em si preceitos de preferência de compra de matérias produzidos de formas sustentáveis, estão sendo aplicadas e desenvolvidas políticas públicas de conscientização de reuso de materiais, coletas seletivas de resíduos sólidos, a logística reversa e responsabilidade compartilhada da gestão de resíduos (onde tanto os produtores quanto os compradores são postos como ativos no descarte de materiais, aproximando-os do tema e do problema); ainda são produzidos materiais de apoio sobre diferente temáticas ambientais. Apoios e incentivos a empresas ambientalmente consciente são mantidos, entre outras iniciativas, no entanto, apesar do esforço, tais ações possuem pouco impacto, pois muitas estão em processo de desenvolvimento e não alcançam a maior parte da população se fazendo necessária a atuação de organismos estranhos ao poder central governamental. Entre os organismos de proteção a agricultura, principalmente ao pequeno produtor, podemos citar a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura (AS-PTA, responsável por associar formalmente o desenvolvimento sustentável com a saúde, enquanto problema ambiental); o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA, precursor do uso de plantas medicinais); o Programa da Terra (PROTER, com foco no desenvolvimento rural e na promoção de acesso a serviços públicos e participação política); e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), este último em questão que nasceu da mobilização de mulheres sensíveis à causa

e posteriormente teve (por pressão) aderência de homens. Aqui mais uma vez observamos que a sensibilidade feminina para a causa ambiental ganha destaque, o que beneficia o movimento com os ganhos relativos a participação de mulheres, tanto em organismos, quanto em sua vida social, política e doméstica (CASTRO; ABRAMOVAY. 1997).

Entre as linhas de ONGs ambientais existem aquelas que focam sua atuação na natureza, não relacionando seus problemas as atividades econômicas desenvolvidas; entretanto existe uma evolução nesta temática onde a teoria da inter-relação entre a sociedade, política, economia e cultura interferem diretamente na natureza. Focaremos nas que fazem essa junção, pois este é um dos preceitos fundamentais do ecofeminismo. Em nível nacional as principais ONGs que se destacam são: Grupo Ambientalista da Bahia, GAMBÁ - estimula a educação ambiental de jovens e crianças com foco na proteção da Mata Atlântica; e apoiam pequenos e médios produtores rurais com capacitação, os vendo como ferramentas ecológicas e sustentáveis de produção; o Instituto ECOAR, responsável por captar recursos e destinar essas quantias ao plantio por intermédio de pequenos produtores rurais; o Instituto Sociedade, População e Natureza, ISPN; o Instituto Socioambiental, ISA; o Grupo de Trabalho Amazônico, GTA - que por sua vez atua em rede na região amazônica com diversos atores da temática, desde ONGs à associações e cooperativas, apoiando a produção e a comercialização de produtos de pequenos produtores. O ISPN tem uma atuação mais completa, pois além da área ambiental ele desenvolveu temáticas sociais, contemplando em sua atuação causas de saúde, população, desenvolvimento regional e social, associando diretamente o ambiente com a economia, fortificando a geração de renda de indivíduos em vulnerabilidade social e econômica, empoderando populações locais e suas formas de produção sustentáveis; e na proteção da biodiversidade, associando problemas ambientais, como o efeito estufa aos desmatamentos e degradação ambiental causados para o sustento da lógica capitalista de produção em grande escala que visa exclusivamente o lucro. Já o ISA inova em sua atuação

incluindo movimentos indígenas na proteção ambiental, valorizando suas causas e seu direito legítimo territorial (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997).

O Estado além de desenvolver políticas públicas que respondam às demandas das problemáticas ambientais, deve apoiar iniciativas externas a ele, sendo de fóruns internacionais ou de organizações domésticas, somando esforços para que as pendências sejam realmente abordadas, a agendas pautadas corretamente e discutidas, e os problemas possivelmente solucionados. As ONGs possuem um trabalho considerado mais efetivo nestes campos e muitas vezes mais funcional pois tratam ações pontuais, não desvalorizando o apoio legal recebido pela esfera pública, a destinação de recursos e os planos de metas que apoiam o desenvolvimento do tema. O Estado também tem seu papel no apoio ao empoderamento feminino em diferentes ambientes e atuações (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997).

### **3.1 As mulheres e a temática ambiental**

A socialização das mulheres reforça a sensibilidade, a solidariedade e a “gratuidade”, conceito fundamental da cultura feminina, o que daria a elas a responsabilidade de promover um impacto sociocultural revolucionário, criativo, em todas as áreas da existência, nas relações pessoais, nas amorosas, nas profissionais, de trabalho e nas decisões políticas, em que se decidem a paz e a sobrevivência das espécies. No modelo alternativo de desenvolvimento sustentável, que está sendo proposto, homens e mulheres deverão buscar valores essenciais que dêem sentido à civilização. Relações igualitárias, com reciprocidade, não se conseguem por decreto, mas se conquistam, depois de esforço individual nesse sentido (CIOMMO, 2003, p. 438- 439).

Podemos reafirmar a proximidade das mulheres com o universo ambientalista usando a suposta sensibilidade da mulher em relação à temática ou defendendo que uma construção social a anexou com ao tema; e voltando a temática da atuação de mulheres no movimento

ambiental, podemos focar em grupos organizados de mulheres que militaram na proteção ambiental e empoderamento de mulheres. Podemos destacar o papel das mulheres indígenas, elas são de extrema importância cultural por representar um grupo tradicional e que sofre com a divisão de trabalhos geral observada nas diferentes sociedades existentes, sendo que os homens têm as atividades tradicionais relativas à cultura com a caça e proteção; e para as mulheres são destinados os serviços de cuidados das crianças e da comunidade como um todo; por isso suas formas de liderança são mais frágeis e menos desenvolvidas na geral, uma vez que a organização social está centrada no homem indígena e no seu próprio poder decisório. Seguindo a teórica do ecofeminismo crítico, a mulher não está necessariamente mais próxima da natureza do que homens, e nem os homens detêm a cultura, tudo não passa de uma construção histórica que desenhou o funcionamento social de diferentes culturas com pontos estruturais comuns, entretanto as distinções foram criadas e precisam ser flexibilizadas na medida em que as atividades típicas femininas ganham o devido peso sociocultural. Por fim, a visão cultural e as separações criadas podem ser desfeitas com a construção de novos significados e funcionamento social.

As ecofeministas culturais tiveram sua lógica essencialista desconstruída, uma vez que os ciclos femininos e nossa condição biológica não representam disposição extra para cuidados, não estabelecendo uma conexão direta entre a mulher e a natureza, resultando na afirmação que nem todas as mulheres são mães, afinal. Deixando puramente a relação entre mulheres e a natureza por conta da opressão sofrida por homens e pela cultura, entendendo a opressão como uma construção social vivenciada de forma diferente pelos oprimidos, dependendo do meio em que estes estão inseridos (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997).

Sendo assim podemos afirmar que a proximidade entre mulheres e natureza é relativa à lógica de opressão em que elas são submetidas graças a hierarquização social implementada pela cultura.

Entre os desafios podemos citar a pluralidade de mulheres e grupos e a dificuldade de organização. Nesta temática é necessário lidar e tratar todas as formas de diferenças entre mulheres, sendo elas em suas expectativas, diversidade de interesse, identificação divergente de grupo, tipos de vulnerabilidade, idade, modelos culturais em que elas estão inseridas, entre outras variantes. Essas diferenças podem gerar disputas desnecessárias entre os grupos de mulheres e até mesmo de organizações e suas causas. De certa forma isso é capaz de enfraquecer ou desarticular o movimento feminista (e suas variantes, como o próprio ecofeminismo) como um todo, sendo que há grande possibilidade de fragmentações desnecessárias. Obviamente o apoio mútuo de grupos e organizações com causas e objetivos similares ou complementares fortalece a rede.

Sendo o maior desafio a própria organização dos grupos de mulheres, algumas conseguem organizar sua militância em organismos estratégicos, enquanto outras não encontram estes espaços em suas comunidades locais e desconhecem a própria possibilidade de organização, também porque muitas mulheres não foram estimuladas a desenvolver sua consciência coletiva e seus direitos, muito menos a aplicá-los socialmente. Em alguns locais de vulnerabilidade dificuldades de ordem prática, como a ausência de recursos e de condições saudáveis para a subsistência, é impossível o desprendimento de tempo para desenvolver possibilidades para a defesa de causas e de organização social destes possíveis grupos de interesse, pois estas mulheres possuem demandas de subsistência que se tornam prioritárias. Entre os principais organismos sociais domésticos que tratam o tema podemos citar o Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), que trabalha com diferentes linhas de atuação focando na responsabilização cidadã e educação ambiental, demandando uma atuação ativa do Estado, incentivando o desenvolvimento. Já a ONG THEMIS (Meio Ambiente, Gênero e Parceria com o Governo Municipal) trabalha com a formação de promotoras para pensar politicamente e proteger o meio ambiente; a correta gerência de

resíduos; e educação em direito e cidadania para mulheres. Por fim, a Ação Cultural, Gênero, Qualidade de Vida, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IDAC - oficializada no Brasil em 1980) é voltada para a pesquisa e produção de conteúdos em diferentes mídias sobre diferentes esferas da vida, como educação, saúde, qualidade de vida e desenvolvimento social, econômico e ambiental com um enfoque feminista. Sua primeira atuação local foi em defesa da qualidade de vida combatendo a pobreza e exclusão de grupo vulneráveis, principalmente em zonas rurais. Atua como consultora das três esferas públicas, principalmente a estadual; sua participação se estende a fóruns internacionais (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização é representada pela civilização industrial capitalista, causadora de degradação ambiental e produtora de resíduos excessivos em prol do lucro, precificando e desequilibrando os recursos naturais finitos. As mulheres, excluídas dos processos produtivos industriais, foram alocadas nos chamados “trabalhos de cuidado” relacionados aos cuidados e reprodução humana, que por sua vez foram desvalorizados, contribuindo com a desigualdade social e econômica da sociedade patriarcal/capitalista, que guarda os mercados e espaços públicos para os homens. Com os avanços sociais as mulheres se organizaram e lutam pela igualdade de condições e valorização de seu trabalho, assim como espaço nas esferas públicas e decisórias, e em defesa da produção consciente e benéfica ao meio ambiente, seguindo a lógica, não só da produção, mas do consumo sustentável.

Dentro deste contexto a imagem da mulher é associada a natureza, pois ambas são exploradas neste modelo. Entre as associações existe a crença de que a mulher está mais ligada à natureza devido às divisões de tarefas e atribuições desenvolvidas no decorrer dos anos pelas relações sociais tradicionais patriarcais, correndo o risco de cair no relativismo cultural, principalmente no contexto rural familiar. Mudanças sociais mexem com o papel de gênero, reinventando os papéis sociais executados.

A estrutura capitalista de acúmulo, que se serve do trabalho exploratório remunerado e suas cobranças (que comprometem financeiramente, psicologicamente, emocionalmente, socialmente e fisicamente os indivíduos); e os produtos consumidos na modernidade, sendo que os alimentos processados e os utensílios de higiene pessoal e doméstica que podem ser nocivo são discutidos por diversos grupos teóricos; a forma de manipulação das matérias primas e compostos artificiais utilizados nesta lógica produtiva em busca do lucro através da alta produção não leva em consideração a saúde dos consumidores finais. Neste ponto o papel

encaminhado por mulheres ao decorrer da história enquanto cuidadoras demanda novo posicionamento. E outra analogia a relação de exploração pode ser feito com o consumo de carne de produtos de origem animal, assim como uso de trabalho de animais para produções no geral e em atividades pseudo recreativas que use (maus tratos e abusos) animais.

Toda mudança depende de uma ação, e as ações são tão complexas quanto os problemas que estas ações propõem solucionar, demandando inúmeras vezes um conjunto de ações coordenadas, que dependem do papel ativos de diferentes atores, não apenas de grupos de mulheres, mas também de homens. A projeção global do problema demanda uma solução conjunta que atue domesticamente, ou seja, sem desconsiderar as diferenças e peculiaridades sociais e culturais de cada localidade, para se finalizar tal processo é necessária uma ação global que começa com atividades locais de empoderamento, igualdade e reconstrução da lógica de produção. Ainda porque alguns dos efeitos pejorativos do modo de vida e produção atual afetam todo o planeta, com poluição, escassez de recursos, desastres naturais provocados por ações humanas de desequilíbrio e afins. Ainda dentro da esfera global de atuação local são demandadas ações públicas e particulares, grupais e individuais, para o sistema e seus preceitos sejam reconstruídos.

Uma mudança neste nível demanda grande consciência dos percursos e intenso processo de conscientização para indivíduos engolidos pelo sistema que não tiveram a oportunidade de pensar como ele se estrutura; conseqüentemente o envolvimento político<sup>4</sup> é essencial, mas para isso é necessária que a participação política igualita seja garantida a todos os grupos sociais. Para que a participação seja alcançada a melhor forma de sistema político é o democrático consolidado e cidadão, capaz que garantir a integração da mulher com a vida pública. Vivemos em um mundo em constante desenvolvimento, onde os períodos de transição servem para quebra de antigos paradigmas e instituição de novos, cabe aos grupos

---

<sup>4</sup> É na esfera pública que o poder é exercido e essa esfera é política, podendo ser descrita como arena de disputa, onde os grupos que guiam seus direcionamentos são os que possuem o poder de influência e ditam as regras culturais e sociais.

de interesses promoverem sua reconstrução ideal. Uma mudança deste nível é progressiva e sem pretensão de rompimento brusco com o sistema atual apesar da urgência do tema, desde que seja respeitado o tempo saudável de atuação para essa reconstrução social, significando reverter pelo menos parte dos danos sociais e ambientais causados sem ameaçar as condições de subsistência no planeta - nossa e de outras espécies, embora muitas já tenham sido extintas no modelo atual.

Esta mudança além de holística<sup>5</sup> deve ser humanizada, tendendo a acabar com o desequilíbrio existente entre a população (em suas relações sociais); e entre a população e o meio ambiente. Para isso a visão de mulheres enquanto mais sensíveis a estas questões pelo seu posicionamento histórico e construção social, contando que as reflexões criadas são as raízes das mudanças futuras. O desenvolvimento é um direito e mulheres (política, cultural e socialmente falando) não só não podem ser excluídas deste processo como são ferramentas fundamentais para a quebra dos paradigmas atuais e apoio a avanços sociais, culturais e econômicos. Por fim este movimento, apesar de fortemente influenciado por mulheres, demanda o envolvimento de todos os grupos sociais e culturais.

A mudança proposta pelos preceitos ecofeministas constrói um conjunto de soluções para diferentes problemas sociais, são eles: a lógica produção e consumo inconsequentes; materialismo; as desigualdade sociais - econômicas e sociais, incluindo a fome e pobreza; e seu objetivo final é construir uma balança para que se alcance o real equilíbrio entre as relações humanas e as relações com a natureza, representando ambas as esferas tratadas como problema central pelo ecofeminismo, garantindo valores como a dignidade humana; a aceitação da igualdade de direitos, deveres e valores de todos seres humanos; a proteção do patrimônio natural comum; e o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>5</sup> De tal forma que seja possível romper com a desigualdade e suas conseqüências, como a exclusão, fome, pobreza e degradação ambiental.

Para que este objetivo seja alcançado é necessária uma mudança radical de paradigma, que pode ser considerado, por algumas correntes, como utópica<sup>6</sup>, por se centrar em uma sociedade ideal de difícil alcance por sua ampla proposta de quebra do sistema patriarcal, que demanda a mudança de comportamento de certos grupos que garantem seus privilégios econômicos, culturais e sociais com a manutenção deste sistema problemático e insustentável a médio prazo.

A quebra de paradigmas com a criação de novas relações sociais é sempre um desafio; e nesta matéria é dada uma tensão entre a vida confortável alimentada pelo consumismo orientado pela forma de produção moderna e a falta de sustentabilidade desse modelo com todos os desastres naturais provocados e desigualdade. Sendo que os grupos sociais hegemônicos, detentores de poder econômico, desejam manter o *status quo* da desigualdade nesta lógica de super valorização versus desvalorização, mesmo que ambos os lados sejam oprimidos (de certa forma) com a estrutura colocada, até mesmo porque o sistema, da forma como está estruturado, não conseguirá se manter por uma quantia razoável e tempo, graças as limitação ambientais de recursos. Até mesmo porque a inserção de mulheres, que evolui mais a cada dia apesar das permanentes desigualdades, condiciona o sistema financeiro, pois a valorização de suas tarefas, antes não remuneradas (ou mal pagas) são um gasto para o sistema, que não tem interesse na mudança do paradigma pois ela representa uma redistribuição justa.

O entendimento de que a industrialização e a lógica de consumos desenvolvidos e mantidos atualmente são artificiais é fundamental para se pensar na lógica do sistema. Dentro das ações coordenadas desejáveis, podemos trabalhar para que estes objetivos sejam alcançados de diferentes formas, como atuar como agentes transformadores, empoderando mulheres e conscientizando os indivíduos a nossa volta; nos tornando consumidores

---

<sup>6</sup> A utopia se faz necessária para manter valores e incentivar o progresso da humanidade, possuindo um papel social relevante. Adicionando que todo processo de mudança em seu primeiro momento, conforme seus desafios e complexidades parecem utópicos, mas a transformação social é possível, apesar de seus custos.

conscientes que demandam uma produção sustentável para consumir os produtos de mercado, condicionando as empresas e prestadoras de serviço (públicos ou privados) a produzirem de forma sustentável para alcançar serem valorizadas no mercado, entre outras ações.

Efetivamente avanços legais, de agenda, discussões e projetos de conscientização, graças à intervenção de mulheres (e homens), estão se desenvolvendo e ganhando cada vez maior peso social. A resistência feminina chegou a academia, daí se dá a importância do acesso da mulher à educação, trabalhando em rede na criação de dados e desenvolvimento de teorias, com planos fortificantes de desenvolvimento idealizados, que por sua vez demandam atuação positiva do Estado enquanto direcionador das políticas públicas. O resultado prático disto pode ser observado, por exemplo, nos estudos publicados sobre o tema, declarações políticas sobre o tema com intenção de disseminar os ideais defendidos. As ações atuais são significativas, mas são respostas fragmentadas para os problemas vividos, guiadas por lideranças isoladas, gerando um avanço social modesto, o que não deveria acontecer com propostas tão importantes e urgentes. E a resposta de nosso problema de pesquisa apresenta a mesma lógica: o empoderamento de mulheres através do ecofeminismo foi local, sem a criação de redes institucionalizadas ou globais, por isso, apesar de fortificantes e significativos, os avanços são pequenos e insuficientes.

Por fim vale ressaltar que tratamos no presente trabalho o ecofeminismo como processo único, entretanto ele não é absoluto e muito menos um processo único, não possuindo a adesão de todas as mulheres, sendo orientado de formas divergentes por grupos de interesse; entretanto usamos pontos em comum da teoria em diferentes movimentos e apontamos as divergências observadas dentro dos materiais e perspectivas analisadas. Em suma definimos o ecofeminismo como um movimento amigo da natureza que prega a participação igualitária e democrática, colocando em cheque a forma como o poder é colocado e exercido na sociedade. O ecofeminismo trouxe a reflexão sobre produções

agrícolas, atividades econômicas, condições de vida, trabalho e participação de mulheres na vida pública, cultura local e políticas públicas, deterioração da natureza e pobreza estrutural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Valéria Medeiros. A diversidade ritual entre as mulheres krahô: rumo ao ecofeminismo e ao desenvolvimento sustentável. *Revista Mandrágora*. V.13, n.13, 2007.

ASSIS, Ana Cristina. *Reconhecer-se além de fronteiras: ecofeminismo e o pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo*. 1. ed. Cidade do Porto: Editora Afrontamento, 2012.

BALIM, Ana Paula Cabral; MOTA, Luiza Rosso; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. Complexidade ambiental: o repensar da relação homem-natureza e seus desafios na sociedade contemporânea. *Revista Dom Helder*. Belo Horizonte, v.11, n.21, p.163-186, jun/2014.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero e meio ambiente*. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio de. Ecofeminismo na contemporaneidade. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*. João Pessoa, v.2, n.1, p. 143-148, dez/2012.

CIOMMO, Regina Célia Di. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.1, n. 11, p. 423-443, jul/2003.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismo em Duetto. *Caderno Pagu*. Campinas, v.1, n.17/18, p. 9-79, jun/2002.

GARCIA, Loreley. A relação mulher e natureza: laços e nós enredados na teia da vida. *Revista Gaia Scientia*. João Pessoa v.3, n.1, p.11-16, 2009.

HERNÁNDEZ, Carmem Osorio. Gênero e meio ambiente: a construção do discurso para o desenvolvimento sustentável. *Revisão Gênero e Meio Ambiente* v., n., p.14-30, jun/2010.

KING, Ynestra. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. IN JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. *Gênero, Corpo e Conhecimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1988.

ORTNER, Serry. Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura? IN

ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise (org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos Movimentos Sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gêneros. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*. São Paulo, v.1, n.9, p.81-91, fev/2011.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-71, 2000.

SILVA. Rubens Elias da; BONFIN, Fernanda da Silva; SOUZA, Rogério Ribeiro de. Gênero e floresta. *Revista Gênero e Direito*. Santarém, v.3, n.1, p.1-12, 2014.

SOUZA, Iriê Prado; RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha Célia. Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade. *Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas da UEL*. Londrina, set/2008.

YAGHSISIAN, Adriana Machado; FREITAS, Gilberto Passos. A mediação transformativa como instrumento de empoderamento das mulheres na agenda ambiental de desenvolvimento sustentável. *Revista Compedi Law Rewiew*. Florianópolis, v.1, n.15, p.62-77, 2015.